

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17015 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 18 - Gênero, Sexualidade e Educação

## AS CONTRADIÇÕES DOS DISCURSOS ANTIGÊNERO NAS COMUNIDADES ESCOLARES

Jaqueline Garske Ferreira - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPQ

### AS CONTRADIÇÕES DOS DISCURSOS ANTIGÊNERO NAS COMUNIDADES ESCOLARES

**RESUMO:** Este trabalho é um recorte de uma pesquisa nacional e transnacional sobre os discursos conservadores nas comunidades escolares. Para isso, estão sendo realizadas entrevistas com as comunidades escolares de cinco cidades do Brasil e três no exterior. Em cada cidade do Brasil, estão sendo realizadas entrevistas em três escolas, sendo uma delas militarizada. No Chile, Uruguai e Estados Unidos serão realizadas em duas escolas de cada país. O critério para escolha das escolas foi o reconhecimento de alguma questão relacionada aos discursos conservadores, como denúncias de “doutrinação ideológica” ou problemas referentes à “ideologia de gênero”. Neste trabalho, serão analisadas as primeiras entrevistas feitas no Brasil e como os discursos antigênero aparecem nas comunidades escolares. As entrevistas são semiestruturadas e a análise desses dados ocorre a partir da análise relacional (Apple, 1999) e a análise temática (Braun; Clarke, 2006). Os resultados preliminares apontam que, apesar de muitos entrevistados/as falarem que o ensino sobre gênero e sexualidade é importante e deve ser pautado nas escolas, o discurso é cercado de contradições e medos quanto a esses assuntos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação. Conservadorismo. Gênero. Sexualidade. Ideologia de Gênero.

A pesquisa, ainda em andamento, é um desdobramento de outras pesquisas em que foram mapeados atores com relevância nacional em pautas conservadoras na educação, sendo essas: o Escola sem Partido, a educação domiciliar e a militarização da educação. Nesse sentido, viu-se a necessidade de entender como o discurso conservador se conecta às comunidades escolares do Brasil, focando nos familiares dos alunos e nas direções/coordenações das escolas. Para isso, faz-se uso dos conceitos gramsciano de hegemonia, ideologia e senso comum, pânico moral (Miskolci, 2007) e medo do Outro (Apple, 2003). A hegemonia é

uma complexa combinação de fatores sociais, culturais e políticos a conduzir, condicionar e limitar as experiências dos indivíduos inseridos em sociedade, a partir da distribuição ou interdição de poder e influência. [...] instalando-se [a hegemonia]

através das instituições de educação, família, religião e meios de comunicação (Dalmaso-Junqueira, 2024, p. 37).

Nesse sentido, a ideologia gramsciana é um conjunto de referenciais mentais usados por grupos sociais para dar sentido à sociedade. Esses referenciais estão em constante disputa para se tornarem ou se manterem como hegemonia, buscando, no tecido social, se conectar com expectativas, desejos e medos dos indivíduos. Aqui é fundamental a categoria de senso comum, pois é nele que as ideologias se propagam e os discursos hegemônicos e não-hegemônicos são disputados. Para Gramsci (1999) o senso comum é um conceito contraditório, multiforme e conservador, por isso, o senso comum pode ser construído por ideologias distintas, sendo usado no cotidiano dos indivíduos como uma resposta automática frente a diversas situações.

O uso das lentes gramscianas da hegemonia se fez particularmente produtivo no sentido em que centraliza a visibilização de contradições e o desvelamento daquilo que não está aparente nas relações e dinâmicas de poder (Dalmaso-Junqueira, 2024, p. 263).

Os discursos conservadores têm logrado inserir no senso comum a ideia de medo do Outro- basilar para criar e acionar um pânico moral. O medo do “Outro” é “baseado em um medo da “poluição” a partir da cultura e do corpo daqueles a quem consideram os “Outros” (APPLE, 2013, p. 35). Esses “Outros”, para o discurso conservador, são sujeitos não-brancos, feministas, LGBTQIA+, neurodivergentes etc. Tal pânico moral faz com que essas pessoas sejam vistas como “perigosas” e “destruidoras da moral e dos bons costumes”. De acordo com Miskolci (2007), o pânico moral é um fenômeno antigo que se desenvolve cada vez mais rápido na sociedade contemporânea.

O pânico moral fica plenamente caracterizado quando a preocupação aumenta em desproporção ao perigo real e gera reações coletivas também desproporcionais. [...] Um exemplo é a descriminalização da homossexualidade, que obrigou àqueles que gostariam de denunciá-la como imoral a encontrar outras formas, dentre as quais se destaca o ressurgimento do temor da pedofilia. (Miskolci, 2007, p. 14).

Nas escolas, é possível ver essas questões se tornando cada vez mais preocupantes para o ambiente escolar. As discussões sobre gênero e sexualidade estão sendo proibidas ou censuradas, tendo casos de professores/as sendo denunciados/as por tratarem dessas questões em sala de aula. Os discursos conservadores como o combate à “doutrinação ideológica” ou à “ideologia de gênero” já estão inseridos no senso comum de muitos grupos sociais, fazendo com que esses assuntos estejam sendo tratados cada vez mais como assuntos do âmbito “privado” (da família) e não do espaço escolar.

A metodologia utilizada para a análise das entrevistas é a análise relacional (Apple, 1999; Gandin, 2011) e a análise temática (Braun; Clarke, 2006). A análise relacional serve para “situar a educação em seu contexto social e relacioná-las às múltiplas dinâmicas da sociedade” (GANDIN, 2011, p. 15), de modo a considerar não somente a classe social, mas, também, as dinâmicas de raça, classe, sexualidade etc. É uma análise que busca compreender e criticar a realidade examinada, situando-se como uma educação crítica, anticapitalista, antirracista e antipatriarcal (Dalmaso-Junqueira, 2024). Já a análise temática, de acordo com Braun e Clarke (2006, p. 79), é “um método para identificar, analisar e relatar padrões (temas) tendo em vista os dados coletados. Para tanto, inicialmente, faz-se necessário a familiarização dos dados e, na sequência, a geração de códigos iniciais, que seriam os pontos principais das entrevistas, e, posteriormente, o agrupamento desses códigos em temas, que serão revisados e definidos teoricamente.

Para este trabalho, analisou-se 10 entrevistas realizadas em comunidades escolares no Brasil. É possível notar que a maioria dos/as entrevistados/as concordam que o ensino sobre sexualidade e gênero deve ser realizado na escola, mas com ressalvas. A defesa do ensino desses temas se dá pela legislação, utilizando-se do MEC, da Secretaria da Educação e dos livros didáticos como ferramentas de apoio, principalmente, quando questionados/as pelos familiares. Mesmo assim, nota-se o temor de tratar esses assuntos em sala de aula, o que é exemplificado por meio da fala de uma professora, que diz que “nunca [se] sabe como é que um aluno vai levar isso para casa”. Em outro caso, um professor diz ter ficado em dúvida se trabalhava um texto em aula, mesmo que estivesse indicado no livro para ser usado, enquanto uma colega preferiu não utilizar o texto por medo de represálias.

Há também um discurso muito forte de que é necessário um/a especialista com conhecimento aprofundado sobre gênero e sexualidade para tratar desses assuntos. Em uma das escolas, uma professora com especialização nesses assuntos fala que, mesmo assim, é necessário muito cuidado e existe um temor para tratar desses temas. Em outro caso, um professor entrevistado relatou que ficou contente por saber que quem daria a disciplina seria uma professora que foi casada e tem filha, então, não seria um “cara que pode querer aliciar os meninos”. A diretora de outra escola, com discurso contrário à especialização, diz que os/as educadores/as devem estar aptos a falar de questões de gênero, sexualidade, políticas e religiosas. Porém, na questão da sexualidade e gênero, ela vê que as famílias demonstram muita resistência a isso, citando um aluno que “sai de casa vestido de menino” e se maquia no caminho da escola.

Verifica-se que há um grupo de entrevistados/as que defende que temas concernentes à

gênero e à sexualidade sejam trabalhados na escola. Esse é o caso da mãe de um aluno, quando afirma que a escola é vista pelos/as alunos/as como um espaço em que eles se sentem mais confortáveis de se expressarem e tem confiança. Outro exemplo é de uma mãe entrevistada que diz que acredita que essas questões devem ser abordadas em sala de aula, mas “cada um dentro do seu quadrado”, mostrando, assim, algumas ressalvas.

Por meio da análise inicial das entrevistas, pode-se captar elementos de contradição e de receio. Cria-se uma imagem de pessoa “certa” para ensinar sobre sexualidade e gênero na escola, ao invés de um discurso no qual todos/as os/as docentes deveriam estar preparados para tratar desses assuntos em sala de aula. Porém, mesmo quando o suposto modelo ideal de docente existe para tratar de tais temas, ainda assim há muito temor e cuidado de como seus ensinamentos serão recebidos pelos/as alunos/as e principalmente pelos familiares. Apesar desse temor, é possível ver que a escola ainda é um dos poucos espaços em que os/as alunos/as conseguem tratar sobre esses temas e também se expressar mais livremente sobre sua identidade de gênero e orientação sexual.

## REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. **Educando à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, Michael. **Ideologia e Currículo**. Porto: Porto Editora, 1999.

BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, Abingdon, v. 3, n. 2, , p. 77-101, 2006.

DALMASO-JUNQUEIRA, Bruna. **Pedagogia da esperança feminista: aprendendo com docentes da educação básica em tempos de modernização conservadora no Brasil**. 2024. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

GANDIN, L. A. Michael Apple: a educação sob a ótica da análise relacional. In: REGO, T. C. (org). **Currículo e Política Educacional**. Vozes: São Paulo, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 101-128, 2007.